

AMAZÔNIA FERIDA EM CENA: A MINISSÉRIE *PSSICA* E O CINEMA COMO PRÁTICA PEDAGÓGICA DE DENÚNCIA SOCIAL

Ana Clara Solon Rufino¹; Walquiria Marcelina de Almeida²; Rosângela Araújo Darwich³

¹Doutoranda em Comunicação, Linguagens e Cultura (UNAMA/PPGCLC), Belém, Pará, Brasil, Email: clara.solon@hotmail.com

²Doutoranda em Comunicação, Linguagens e Cultura (UNAMA/PPGCLC), Email:marcelina.pedagogia@gmail.com

³Doutora em Psicologia, professora da Universidade da Amazônia (UNAMA/PPGCLC), Email: rosangeladarwich@yahoo.com.br

Resumo: O presente artigo investiga a minissérie *Pssica* (2025) como prática pedagógica de denúncia social, tomando como problemática central o tráfico humano no arquipélago do Marajó, na Amazônia paraense. De abordagem qualitativa e fundamentado em revisão bibliográfica, o estudo busca compreender de que maneira a obra audiovisual pode ser mobilizada como instrumento de sensibilização discente diante das violências estruturais, do tráfico de pessoas, e das questões de gênero que atravessam o contexto amazônico marajoara. A partir da análise estética e narrativa da minissérie, discute-se seu potencial como ferramenta educacional no enfrentamento de problemáticas sociais contemporâneas e na formação de subjetividades críticas. Conclui-se que *Pssica* se configura como recurso pedagógico relevante ao articular arte, realidade social e reflexão ética, contribuindo para ampliar o debate sobre direitos humanos e fortalecendo a consciência crítica acerca das dinâmicas de poder que afetam a região amazônica.

Palavras-chave: Minissérie. Pedagogia. Tráfico Humano. Gênero. Violência.

Introdução

A minissérie *Pssica* (2025) retrata uma das questões mais urgentes e invisíveis da sociedade amazônica: o tráfico humano no Marajó. Este tema foi escolhido devido à sua relevância para o entendimento das dinâmicas de violência e de desigualdade social que permeiam a região. O estudo propõe-se a refletir sobre o papel da minissérie como ferramenta pedagógica de denúncia social, capaz de promover a conscientização crítica sobre os impactos do tráfico humano e suas implicações de gênero nesse contexto.

O tráfico humano é uma prática devastadora, cuja realidade é frequentemente ignorada ou mal compreendida. Na Amazônia, com sua complexidade sociocultural, o tráfico é uma das formas de exploração mais cruéis. A minissérie *Pssica* (2025) traz à tona esses abusos de maneira intrínseca e realista. A literatura revisada aponta que o cinema, especialmente por meio de produções como minisséries, pode ser uma ferramenta pedagógica importante para tratar de questões sociais, pois sensibiliza o público e promove reflexão profunda. Ao dar ênfase às

representações do tráfico humano e da violência de gênero, a minissérie oferece uma oportunidade de discutir essas questões em sala de aula.

A metodologia utilizada é de abordagem qualitativa, com base em revisão bibliográfica e análise da minissérie *Pssica* (2025). A revisão bibliográfica focalizou o uso do cinema como recurso pedagógico, nas questões de tráfico humano e de gênero, e na pedagogia crítica aplicada ao contexto social da Amazônia. A análise da minissérie foi conduzida de maneira crítica, explorando imagens e narrativas apresentadas e suas implicações para a educação.

O objetivo geral é analisar as contribuições pedagógicas da minissérie *Pssica*, que podem ser utilizadas como prática pedagógica de denúncia social, discutindo as representações do tráfico humano no Marajó e sua contribuição para a reflexão sobre violência, gênero e subjetividades contemporâneas. Os objetivos específicos são: analisar as representações do tráfico humano e as dinâmicas de gênero na minissérie *Pssica*; investigar como a minissérie pode ser uma ferramenta pedagógica para sensibilizar sobre essas questões sociais; realizar uma revisão sobre o uso do cinema como recurso pedagógico de denúncia social; e estudar como a minissérie contribui para a construção de subjetividades críticas nos estudantes.

O cinema como ferramenta pedagógica

A produção cinematográfica contemporânea, quando usada como recurso pedagógico, vai além de ser apenas uma ferramenta tecnológica. É uma forma de percepção social que ultrapassa os limites da sala de aula, promovendo liberdade política. Xavier et al. (2011) afirmam que o cinema é mais do que um artefato visual; é uma janela para o mundo, permitindo a reflexão sobre temas como o racismo e a exclusão social, sob uma perspectiva decolonial. No Brasil, o Cinema Negro é uma importante ferramenta de denúncia contra estereótipos e invisibilidades criados pelo eurocentrismo, reforçando as identidades de grupos marginalizados (Rosa; Costa, 2020).

Neste artigo, a minissérie *Pssica* (2025) desempenha o papel de denúncia ao retratar uma das questões mais urgentes e invisíveis da sociedade amazônica: o tráfico humano no Marajó. Baseada no romance homônimo de Edyr Augusto (2015), reforça sua inserção em um circuito narrativo que transita entre literatura e audiovisual. A minissérie expõe, de forma crua, o sofrimento de mulheres e crianças vítimas desse crime cruel. Além de informar, também provoca uma reflexão crítica sobre as condições sociais que alimentam essas práticas, mostrando como o cinema pode questionar as normas dominantes. No entanto, é importante compreender que o cinema não pode ser reduzido a um mero recurso ilustrativo do conteúdo curricular. Conforme aponta Savernini (2022), a obra cinematográfica pode ser entendida como

um sistema de pensamento capaz de tensionar hegemonias e fomentar a consciência política dos estudantes. Nesse sentido, ao abordar as relações de poder e as dinâmicas de exploração sexual, a narrativa audiovisual contribui para revelar como mulheres e crianças são frequentemente colocadas em posição de invisibilidade social e institucional.

Vale destacar que o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), instituído pela Lei nº 8.069/1990, estabelece o princípio da proteção integral, assegurando como prioridade absoluta a garantia dos direitos fundamentais de crianças e adolescentes, incluindo a proteção contra qualquer forma de violência, abuso ou exploração sexual. A menção ao ECA reforça não apenas o amparo jurídico existente, mas também a urgência de sua efetiva implementação por meio de políticas públicas consistentes e ações preventivas articuladas, voltadas à promoção da dignidade e à proteção das vítimas na região.

Como aponta Bergala (2008), a arte no ambiente escolar não deve ser reduzida a uma simples ferramenta didática. *Pssica* (2025) vai além de ilustrar uma realidade distante, oferece uma experiência sensorial que leva os alunos a refletirem profundamente sobre o tráfico humano na Amazônia e seus efeitos devastadores. Ao invés de buscar soluções fáceis, a minissérie desafia o espectador a entender as complexidades sociais e políticas que sustentam essas práticas.

A barbárie, como descrita por Arendt (2004), revela como a violência extrema pode ocorrer em estruturas legais, tornando o crime institucionalizado. Em *Pssica* (2025), essa barbárie é exposta, evidenciando o tráfico humano como um fenômeno recorrente em uma sociedade que legitima a exploração dos mais vulneráveis. A minissérie evidencia como essas violências se manifestam nas complexas relações de poder que atravessam a Amazônia, revelando dinâmicas territoriais marcadas por desigualdades históricas e fragilidade institucional. Ao trazer para o centro da narrativa as rotas de tráfico humano, a obra contribui para tornar visíveis fluxos que, muitas vezes, permanecem silenciados no debate público.

Entre as rotas retratadas, destaca-se a circulação regional no estado do Pará, envolvendo municípios como Belém, Breves e Portel. No âmbito nacional e internacional, a série menciona deslocamentos que partem da região de Belém e Breves em direção ao Oiapoque, no Amapá, com posterior travessia para Caiena, na Guiana Francesa, e também para o Suriname. Essas rotas, apresentadas no contexto ficcional, dialogam com dinâmicas reais de mobilidade forçada e exploração, evidenciando como a posição geográfica da Amazônia pode ser instrumentalizada por redes criminosas.

O processo de identificação do espectador com a obra ocorre quando a narrativa permite que ele se reconheça nela. Duarte (2002, p. 70) afirma que, "para que a história faça sentido e

prenda a atenção do espectador até o final, é preciso que haja elementos com os quais ele possa se identificar ou projetar seus sentimentos". *Pssica* (2025) faz isso de forma eficaz, convidando à empatia e gerando uma conexão emocional com as vítimas e suas histórias. A identificação com as personagens, especialmente com mulheres e crianças, permite que o espectador se engaje em um debate crítico sobre a injustiça social.

A eficácia pedagógica do cinema, como discutem Stoeberl e Vieira (2024), está em sua capacidade de gerar identificação e alteridade. Obras que abordam temas complexos, como violência sexual e exploração social, têm o poder de mobilizar o espectador de modo que a teoria acadêmica muitas vezes não consegue. Moreira e Brito Filho (2025) destacam que obras como *Pssica* rompem o silêncio social sobre o tráfico humano, promovendo discussões essenciais à conscientização dessas questões.

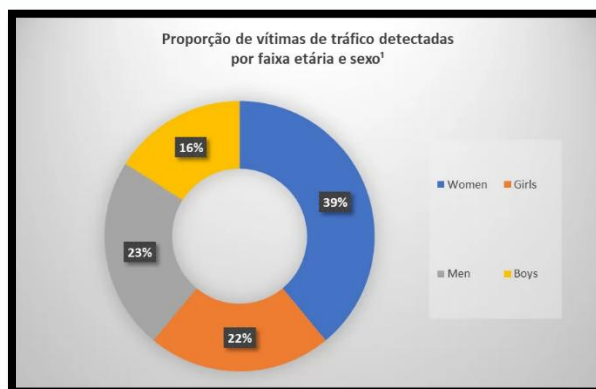
Em contraste com produções como *Preciosa* (2009), que enfatiza a dor e a violência contra jovens negras, e a construção de apoio (Rosa; Costa, 2024), *Pssica* (2025) opta por uma representação crua da violência extrema, expondo o caráter desumanizante do tráfico humano sem idealizar a resistência das vítimas.

Porém, a crítica à indústria cultural alerta para o risco do cinema se tornar apenas entretenimento, diluindo seu potencial crítico. O cinema, ao se tornar um produto de consumo, pode perder sua capacidade de questionar (Horkheimer; Adorno, 2002). No entanto, quando usado de forma crítica, como em *Pssica* (2025), pode desafiar as estruturas de dominação e promover uma transformação na percepção dos espectadores.

A eficácia do cinema na educação sobre temas sociais está em sua capacidade de desconstruir relações de poder e promover uma "leitura do mundo" (Freire, 1987; Bispo; Menezes, 2022). Ao usar o cinema como ferramenta de ensino, os alunos se tornam participantes ativos de um processo de reflexão crítica e de transformação social. Portanto, *Pssica* (2025) é um recurso pedagógico valioso que transporta os alunos para realidades distantes e desperta a sensibilidade necessária à defesa dos direitos humanos.

O Relatório Global sobre Tráfico de Pessoas de 2024, divulgado pelo Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC), aponta que mulheres e meninas permanecem como o grupo mais afetado pelo tráfico de pessoas em nível global. Conforme os dados de 2022, elas representaram 61% das vítimas identificadas, sendo as mulheres adultas a parcela predominante (39%) entre os casos registrados oficialmente (ver Figura 1). Essas informações reforçam a necessidade de atenção permanente às desigualdades que contribuem para a vulnerabilidade feminina nesse contexto.

Figura 1- Dados estatísticos sobre o Tráfico Humano 2024



Fonte: <https://sinpaf.org.br/trafico-humano-maiores-alvos-sao-elas/>

De acordo com SINPAF (2025), a exploração sexual permanece como a principal finalidade do tráfico de pessoas. O relatório indica que meninas e mulheres também são frequentemente direcionadas ao trabalho forçado, com destaque para o serviço doméstico, além de serem submetidas a outras modalidades de exploração, como casamentos compulsórios e envolvimento forçado em atividades ilícitas.

O Tráfico Humano e Gênero no Contexto da Amazônia Marajoara

O tráfico humano e a exploração sexual no Marajó são causados por uma vulnerabilidade que une o isolamento geográfico à falta de políticas públicas. Moreira e Brito Filho (2025) e Teles (2015) apontam que esse isolamento e a precariedade estatal criam condições ideais para o tráfico, dificultando o acesso à justiça e aos direitos básicos. Nessa mesma direção a literatura destaca o uso de mitos e narrativas folclóricas - histórias de encantamento, assombrações e desaparecimentos atribuídos a forças sobrenaturais - para ocultar o desaparecimento de crianças e adolescentes vítimas de tráfico sexual. Moreira e Brito Filho (2025, p. 101) afirmam que essas histórias normalizam o desaparecimento das vítimas, tornando mais difícil a identificação e o combate ao crime. A minissérie revela como essas narrativas ajudam a esconder a exploração real.

A minissérie *Pssica* (2025) mostra como o tráfico humano ocorre na região, evidenciando as relações de poder que exploram a condição histórica de invisibilidade social e institucional principalmente de mulheres e crianças, principais alvos da violência e exploração sexual presente no tráfico humano, tal como podemos observar na Figura 2, a seguir.

Figura 2 - Mulher deitada, cena íntima de sofrimento



Fonte: Minissérie *Pssica* (2025)

Na Figura 2 temos Janalice, a personagem central da Minissérie, uma mulher de pele clara que é perseguida pelos traficantes que estabelecem critérios de escolha marcados por estereótipos e padrões racializados, buscando, em muitos casos, meninas e mulheres de pele mais clara, o que revela a presença de hierarquias étnico-raciais e de gênero que atravessam essa violência. O tráfico humano se infiltra nas dinâmicas socioculturais da Amazônia, alcançando inclusive comunidades tradicionais revelando relações intrínsecas entre gênero e raça. Importante destacar que entendemos gênero como uma construção social e cultural constituído por aspectos culturais e históricos (Scott, 1995).

Mulheres e crianças ribeirinhas, especialmente negras, são desprotegidas por uma ordem patriarcal que as desumaniza. Saffioti (2015) e Rosa e Costa (2020) afirmam que o patriarcado e o racismo estrutural tornam esses corpos vulneráveis à violência sexual e ao tráfico. A falta de registros civis em muitas áreas contribui para a invisibilidade do crime, dificultando a proteção social e o controle jurisdicional (Moreira; Brito Filho, 2025; Bernardo; Rodrigues, 2023).

Medidas punitivas isoladas mostram-se insuficientes para enfrentar a violência de gênero, tornando imprescindíveis processos educativos e de sensibilização social para promover mudanças (Peres; Silva, 2022; Andrade, 2005). Nesse sentido, a arte, como evidenciado na minissérie *Pssica* e no filme *Preciosa*, atua como mediação crítica ao deslocar o olhar do público e favorecer a compreensão das dinâmicas de exploração, cumprindo, no contexto educativo, a função de leitura crítica do mundo (Almeida, 2017; Duarte, 2002; Barbosa, 2002).

Nessa mesma perspectiva, Barbosa (2002) sustenta que a arte, no contexto educativo, não deve ser apenas expressão estética, mas também instrumento de leitura crítica do mundo, articulando apreciação, contextualização e produção artística.

Assim, a escola configura-se como cenário fundamental em que muitas vítimas permanecem invisíveis, silenciadas por situações de vulnerabilidade. Ao integrar a arte como linguagem de reflexão e conscientização, a instituição escolar pode transformar-se em território de escuta, reconhecimento e formação cidadã, contribuindo para romper processos de invisibilidade e violência.

Há divergências na recepção dessas obras: enquanto autores como Piedade (2017) e Mizuno, Fraid e Cassab (2010) destacam o apoio às vítimas, outros, como Horkheimer e Adorno (2002) e Peres e Silva (2022), alertam para o risco de a indústria cultural diluir o potencial crítico ao transformar produções artísticas em mercadorias. Nesse contexto, *Pssica* se diferencia por sua abordagem incisiva, afastando-se de formas mais consumistas de entretenimento.

A cena retratada na Figura 2, uma mulher vítima do tráfico humano demonstra que a imagem audiovisual opera como instrumento de leitura do mundo, como afirmam Ferrari (2012) e Suarez, Ferreira e Colman (2021), ao expor a violência de gênero provoca uma reflexão sobre as condições sociais que a sustentam.

Arendt (2004, p. 107) contribui para a análise de que "a linha divisória entre aqueles que querem pensar [...] e aqueles que não querem pensar atinge todas as diferenças sociais". Isso ajuda a entender como a exploração humana se torna naturalizada em contextos de extrema carência, como o tráfico de mulheres e crianças ribeirinhas.

A pedagogia decolonial surge como base para transformar essa realidade, propondo a desconstrução de currículos eurocêtricos que ignoram a subjetividade dos povos da floresta (Mignolo, 2003; Gomes, 2018; Freire, 1987). Peres e Silva (2022) afirmam que só por meio de uma educação que valorize as populações ribeirinhas, será possível combater o tráfico humano no Marajó e em outras regiões da Amazônia.

Construção de subjetividades críticas através do cinema

A construção de subjetividades críticas na educação é essencial e pode ser facilitada pelo cinema, que provoca os alunos a refletirem sobre questões sociais e éticas (Stoeberl; Vieira, 2024). A minissérie *Pssica* (2025) é um exemplo de como o cinema pode ajudar nesse processo, estimulando o espectador a questionar não só a situação na Amazônia, mas também as estruturas de poder e as relações de gênero na sociedade. A obra vai além de apresentar um problema, incentivando uma reflexão sobre as dinâmicas sociais que mantêm a violência e a exploração, principalmente no tráfico humano e seus impactos sobre mulheres e crianças ribeirinhas.

Pssica (2025) apresenta a realidade do tráfico humano no Marajó de forma profunda, criando um espaço para que o espectador se coloque no lugar das vítimas. A experiência fílmica não só expõe os fatos, mas também estimula a conscientização sobre gênero e as consequências sociais da exploração (Bispo; Menezes, 2022; Figueiredo; Souza, 2024). O cinema age como um agente de ressignificação, permitindo que o espectador projete seus sentimentos e valores na narrativa. Como diz Duarte (2002, p. 70-71), "é preciso que haja nela [na narrativa] elementos nos quais o espectador possa reconhecer e/ou projetar seus sentimentos". *Pssica* (2025) usa essa estratégia para envolver o espectador e levá-lo a refletir sobre o tráfico humano e suas implicações.

O cinema pode ser mais que um recurso ilustrativo ou um passatempo, servindo como ferramenta para reflexões profundas sobre a realidade social. O cinema une intelecto e experiência sensível (Savernini, 2022), o que permite ao espectador transformar sua subjetividade (Stoeberl; Vieira, 2024). *Pssica* (2025) exemplifica tal aspecto ao provocar uma análise intelectual do tráfico humano, além de criar uma conexão emocional com as vítimas, o que facilita a identificação e reflexão do espectador sobre sua posição nas dinâmicas sociais de poder e opressão.

Ao usar a narrativa para sensibilizar, *Pssica* (2025) mostra como o cinema pode ser uma poderosa ferramenta pedagógica. O filme não apenas apresenta os fatos, mas também cria uma experiência sensorial que permite ao espectador compreender as complexas relações de gênero, classe e raça que sustentam o tráfico humano. Como afirma Savernini (2022), o cinema pode gerar ideias, permitindo que a imagem provoque reflexões por meio da experiência sensível. *Pssica* não apenas expõe a questão, mas também convida o espectador a refletir sobre as causas e os mecanismos de opressão que alimentam o tráfico humano.

Ao tratar da realidade amazônica, *Pssica* (2025) também se conecta aos conceitos de interculturalidade e de decolonialidade. O cinema negro, como apontam Rosa e Costa (2020), questiona a hegemonia eurocêntrica, permitindo que povos marginalizados reconstruam seus saberes. Em *Pssica* (2025), a Amazônia e seus povos se tornam protagonistas, revelando histórias de uma região frequentemente invisibilizada.

A construção de subjetividades críticas pelo cinema baseia-se na ideia de que, quando utilizado na educação, o cinema não deve ser apenas um recurso, mas uma ferramenta que provoca reflexões profundas sobre o contexto social e histórico dos espectadores. Como afirma Silva (2010, p.161) o cinema é uma "matriz social de percepção", permitindo uma compreensão instável que depende tanto do olhar da câmera quanto da subjetividade do espectador. *Pssica*

(2025) exemplifica isso ao mostrar o tráfico humano e ao desafiar o espectador a refletir sobre sua percepção da realidade.

A questão da alteridade também é essencial para a construção de subjetividades críticas. O cinema, ao oferecer uma "leitura de mundo", permite ao espectador perceber a realidade como passível de transformação. Como diz Freire (1987, p. 46), "os homens se educam em comunhão, mediatizados pelo mundo".

Por fim, a reflexão de Adorno (1995) acerca da educação diante da barbárie contribui para que se compreenda o papel do cinema na formação de subjetividades críticas. Para o autor, a educação deve revelar os mecanismos sociais e históricos que possibilitam a reprodução da violência, a fim de impedir sua naturalização.

Conclusões

A análise empreendida revela que a minissérie *Pssica* (2025) atua como recurso pedagógico de denúncia social. A obra evidencia as dinâmicas do tráfico humano e das violências estruturais no arquipélago do Marajó. A narrativa contribui para o debate sobre direitos humanos, gênero, raça e invisibilidade social na Amazônia. A minissérie configura-se como experiência formativa ao mobilizar a reflexão crítica no espectador. O audiovisual opera como mediação pedagógica ao articular sensibilização e leitura de mundo. A violência apresentada é compreendida como parte de estruturas históricas de desigualdade. A minissérie possibilita um campo de reflexão sobre o próprio papel da educação diante da barbárie contemporânea, ao demonstrar que conhecer implica responsabilizar-se. A obra permite compreender que educar, nesse contexto, significa tornar visível, nomear e discutir aquilo que historicamente foi silenciado, possibilitando que a Amazônia deixe de ser apenas cenário e passe a ser reconhecida como território de sujeitos, conflitos e direitos

Conclui-se que a inserção de *Pssica* (2025) no contexto educacional favorece a formação de subjetividades críticas e amplia a compreensão ética sobre o território amazônico e seus sujeitos.

Referências Bibliográficas

AUGUSTO, Edyr. *Pssica*. 1 ed. São Paulo: Ed. Boitempo Samauma, 2015.

ADORNO, T. W. *Educação e emancipação*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ALMEIDA, R. de. Cinema e educação: fundamentos e perspectivas. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, n. 33, p. 1-27, 2017. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/edur/a/kbqWpx6Vq6DszHrBT887CBk/>. Acesso em: 15 dez. 2025.

ANDRADE, V. R. P. de. A soberania patriarcal: o sistema de justiça criminal no tratamento da violência sexual contra a mulher. *Seqüência: Estudos Jurídicos e Políticos*, v. 26, n. 50, p. 71-102, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/seq/a/j8qXw9M6L5yY7zP4v2t1rQk/>.

Acesso em: 8 jan. 2026.

ARENDT, H. *Responsabilidade e julgamento*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

BARBOSA, A. M. *Arte-educação no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 2002.

BERGALA, A. *A hipótese-cinema: pequeno tratado de transmissão do cinema dentro e fora da escola*. Rio de Janeiro: Booklink; Cinead-Lise-FE/UFRJ, 2008.

BERNARDO, A. M. C. S.; RODRIGUES, A. L. L. dos S. M. Violência sexual contra criança e adolescente na Amazônia: um panorama no Arquipélago do Marajó. *Fonte Segura: Fórum Brasileiro de Segurança Pública*, ed. 241, 2023. Disponível em:

<https://fontesegura.forumseguranca.org.br/violencia-sexual-contra-crianca-e-adolescente-na-amazonia-um-panorama-no-arquipelago-do-marajo/>. Acesso em: 20 jan. 2026.

BISPO, A. P.; MENEZES, S. A. de. O cineclube psi na formação política LGBTQIA+. *Revista UFG*, Goiânia, v. 22, 2022. Disponível em:

<https://revistas.ufg.br/revistaufg/article/view/73264>. Acesso em: 5 jan. 2026.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 16 jul. 1990.

DUARTE, R. *Cinema & educação*. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

ESCRITÓRIO DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE DROGAS E CRIME (UNODC). *Relatório global sobre tráfico de pessoas 2024*. Disponível em: <https://sinpaf.org.br/trafico-humano-maiores-alvos-sao-elas/>.

Acesso em: 21 fev. 2026.

FERRARI, A. Cultura visual e homossexualidades na constituição de “novas” infâncias e “novos” docentes. *Revista Brasileira de Educação*, v. 17, n. 49, jan./abr. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/3wnc7tj6YXNfPgy3gLSMw7n/>. Acesso em: 22 dez. 2025.

FIGUEIREDO, R. S.; SOUZA, M. L. de. O que um filme pode fazer conosco e o que podemos fazer com um filme? Produções discursivas de jovens negras sobre violência sexual acionadas por meio do longa-metragem *Preciosa: uma história de esperança*. *Revista Diversidade e Educação*, v. 12, n. 1, p. 51-77, 2024. Disponível em:

<https://periodicos.furg.br/divedu>. Acesso em: 10 jan. 2026.

FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GOMES, C. de M. Gênero como categoria de análise decolonial. *Civitas – Revista de Ciências Sociais*, v. 18, p. 65-82, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/civitas/a/bRTKvzGxYTtDbtrFyLm5JNj/>. Acesso em: 10 jan. 2026.

HORKHEIMER, M.; ADORNO, T. W. A indústria cultural: o iluminismo como mistificação de massas. In: LIMA, L. C. (org.). *Teoria da cultura de massa*. São Paulo: Paz e Terra, 2002. p. 169-214.

MIGNOLO, W. *Histórias locais / projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

MIZUNO, C.; FRAID, J. A.; CASSAB, L. A. Violência contra a mulher: por que elas simplesmente não vão embora? In: Simpósio sobre estudos de gênero e políticas públicas, 2., 2010, Londrina. *Anais...* Londrina: [s. n.], 2010. p. 16-23.

MOREIRA, E. dos S.; BRITO FILHO, J. C. M. de. Socioconstitucionalidade e folclore: uma análise do uso do mito da cobra grande como narrativa de ocultação para o tráfico sexual infantojuvenil no Marajó. *Revista Direito, Políticas Públicas e Desenvolvimento na Amazônia*, v. 6, n. 2, jul./dez. 2025. Disponível em: <https://periodicos.cesupa.br/index.php/RJCESUPA/article/view/453>. Acesso em: 4 jan. 2026.

PERES, R. G.; SILVA, A. C. A. da. O enfrentamento da violência de gênero a partir da Educação Básica. *Cadernos do CEOM*, Chapecó, v. 35, n. 56, p. 73-86, jun. 2022. Disponível em: <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/article/view/6837>. Acesso em: 14 jan. 2026.

PIEDADE, V. *Dororidade*. São Paulo: Editora Nós, 2017.

PRECIOSA: uma história de esperança. Direção: L. Daniels. Estados Unidos: Lionsgate, 2009. Filme (110 min).

PROENÇA, E. A. *Pssica*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015.

Pssica. Minissérie (4 episódios). Direção: Q. Meirelles; F. Meirelles. Produção: O2 Filmes. São Paulo: Netflix, 2025. Disponível em: https://about.netflix.com/pt_br/news/pssica-a-brazilian-miniseries-directed-by-quico-meirelles. Acesso em: 20 jan. 2026.

ROSA, F. J. P. da; COSTA, A. V. de F. da. O cinema negro encontra a formação de professoras: sensibilidades interculturais, impressões pós-coloniais e reconstruções decoloniais. *EccoS – Revista Científica*, São Paulo, n. 55, p. 1-18, out./dez. 2020. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/eccos/article/view/8360>. Acesso em: 11 dez. 2025.

SAFFIOTI, H. I. B. *Gênero, patriarcado, violência*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

SAVERNINI, E. Diante do filme: a análise como tradução de um pensamento audiovisual.

PÓS: Revista do Programa de Pós-graduação em Artes da EBA/UFMG, v. 12, n. 24, jan./abr.

2022. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistapos/article/view/37097>.

Acesso em: 2 jan. 2026.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil para a análise histórica. *Educação & Realidade*, v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995. Disponível em:

<https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721>. Acesso em: 15 dez. 2025.

SILVA, V. A. S. da. *Memória e cultura: cinema e aprendizado de cineclubistas baianos dos anos 1950*. 2010. Dissertação (Mestrado em Memória: Linguagem e Sociedade) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2010.

SINPAF – Sindicato Nacional dos Peritos Federais Agropecuários. *Tráfico humano: os maiores alvos são elas!*, 23 set. 2025. Disponível em: <https://sinpaf.org.br/trafico-humano-maiores-alvos-sao-elas/>. Acesso em: 19 fev. 2026.

STOEBERL, C. A.; VIEIRA, A. M. D. P. As 200 crianças do Dr. Korczak: o cinema como ferramenta pedagógica para educação em direitos humanos no ensino superior. *Revista e-Curriculum*, São Paulo, v. 22, p. 1-23, 2024. Disponível em:

<https://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum/article/view/59974>. Acesso em: 21 dez. 2025.

SUAREZ, A. R.; FERREIRA, D. R.; COLMAN, D. T. Cinema, educação e Paulo Freire: o estado do conhecimento das teses e dissertações de 2016 a 2021. *Extraprensa*, v. 15, n. 1, 2021. Disponível em: <https://revistas.usp.br/extraprensa/article/view/192467>. Acesso em: 3 jan. 2026.

TELES, M. A. de A. Navegar é preciso, para as políticas públicas chegarem até as mulheres! In: BRABO, T. S. A. M. (org.). *Mulheres, gênero e violência*. Marília: Oficina Universitária, 2015. Disponível em:

https://ebooks.marilia.unesp.br/index.php/lab_editorial/catalog/book/74. Acesso em: 20 jan. 2026.

XAVIER, J. J. S. et al. Cinema: uma ferramenta pedagógica e humanista para temas em Saúde-Educação: a experiência do CineSocial. *Medicina*, Ribeirão Preto, v. 44, n. 3, p. 260-266, 2011. Disponível em: <https://revistas.usp.br/rmrp/article/view/47434>. Acesso em: 10 dez. 2025.